

# Almada

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

2.ª série #27 Nov. 2024  
anual

dossiê

## BIOARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

temas, conceitos  
e objetivos



Preço: 10 €



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Jorge Raposo

Montagem alusiva à diversidade das intervenções em contextos arqueológicos com remanescentes biológicos de natureza humana, mas também de outros animais ou de plantas.

Nas fotos, trabalho de campo em inumação humana, parte do crânio de um cão e dois vestígios carpológicos: uma semente de *Cenastium* sp. e um grão de cevada.

Fotos | © Grupo de Trabalho em Bioarqueologia Portuguesa.



2.ª Série, N.º 27, Novembro 2024

#### Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada  
Apartado 603 EC Pragal  
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

#### Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,  
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.caa.org.pt

#### Publicidade e Distribuição |

Centro de Arqueologia de Almada

Registo de imprensa | 108998

ISSN | 0871-066X

Depósito legal | 92457/95

#### Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

#### Impressão | Jorge Fernandes Ld.ª

Rua Qt.ª do Conde de Mascarenhas, 9  
2820-652 Charneca de Caparica

Tiragem | 300 exemplares

Periodicidade | Anual

Apoios | Associação dos Arqueólogos Portugueses / Arqueohoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Ld.ª / Câmara Municipal de Almada / / Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

Nas últimas décadas, o panorama da investigação fundamental e aplicada realizada em Portugal melhorou substancialmente, em várias áreas científicas, embora se mantenham graves insuficiências de logística, financiamento e enquadramento institucional, que redundam em fracas condições de trabalho, precariedade laboral, insegurança e dificuldade de planeamento e obtenção de resultados com continuidade.

Apesar desses constrangimentos, é crescente o número de investigadores(as) e equipas que obtêm respostas para pesquisas em curso, colocam novas questões científicas ou desbravam linhas de investigação inovadoras em contexto académico, museal e/ou empresarial.

Esta constatação é particularmente evidente no plano das denominadas arqueociências, isto é, das múltiplas ciências que confluem com a Arqueologia e potenciam a identificação, o registo e a interpretação do passado humano, da sua variabilidade física e cultural, e da relação transformadora estabelecida com o meio físico, seja este geológico, animal ou vegetal.

O dossiê central desta *Al-Madan* procura precisamente dar conta do “estado da arte” no domínio da Bioarqueologia, ainda que sem a pretensão de esgotar todas as suas dimensões. São, contudo, apresentadas algumas das temáticas, conceitos e objectivos que hoje norteiam o desenvolvimento da Antropologia biológica, da Arqueozoologia e da Arqueobotânica, a que se junta a preocupação de enriquecer e uniformizar práticas e procedimentos que possam fortalecer o diálogo científico intra e interdisciplinar. Merecem destaque os estudos genéticos que revelam novos dados sobre as populações humanas, as suas dietas, saúde, movimentações migratórias e outras transformações socioculturais, mas também atestam uma relação intensa com os animais que caçam, domesticam, seleccionam e melhoram. São igualmente relevantes as análises de macro e microrrestos que permitem uma visão mais holística da acção antrópica sobre o meio, reconstituições paleambientais e a percepção das alterações climáticas, tal como o são as novas técnicas de registo que garantem a salvaguarda digital de amostras que, assim, preservam integridade e capacidade de gerar informação apreensível pela tecnologia do futuro. Sobre tudo isto escrevem mais de dezena e meia de autores ligados a universidades, institutos, centros de investigação, laboratórios e museus de Portugal, Espanha, Suécia e dos Emirados Árabes Unidos. É muito, mas os conteúdos das rubricas que acompanham e complementam o dossiê têm também potencial para suscitar a atenção de quem folhear as páginas desta *Al-Madan*. Resta-me expressar votos de que proporcionem boa leitura!

Jorge Raposo, 17 de Outubro de 2024

**Director** | Jorge Raposo  
(director.almadan@gmail.com)

**Conselho científico** | Amílcar Guerra,  
António Nabais, Luís Raposo, Carlos  
Marques da Silva e Carlos Tavares da Silva

**Redacção** | Centro de Arqueologia de  
Almada (sede)

**Resumos** | Autores e Jorge Raposo  
(português), Luísa Pinho (inglês) e  
Mária Isabel dos Santos (francês)

**Modelo gráfico, tratamento de imagem  
e paginação electrónica** | Jorge Raposo

**Revisão** | Autores e  
Fernanda Lourenço (CAA)

**Colunistas** | Amílcar Guerra, Luís  
Raposo, António Manuel S. P. Silva,  
Carlos Marques da Silva e Victor Mestre

**Colaboram neste número** |  
Miguel Almeida, Nelson J. Almeida,  
Jean-Yves Blot, Carlo Bottaini, Patrícia  
Brum, Guilherme Cardoso, João L.  
Cardoso, Daniel Carvalho, Tânia M.  
Casimiro, Ginevra Coradeschi, José M.  
Lopes Cordeiro, Mónica Corga, Ana  
Curto, João Damásio, Cleia Detry, Ana  
L. Duarte, José d'Encarnação, Cristiana  
Ferreira, Cristina Gameiro, Rita Gaspar,  
Catarina Ginja, Ricardo M. Godinho,  
Sérgio Gomes, José A. Gonçalves,  
Amílcar Guerra, António Janeiro, Célia

Lopes, Rui Mataloto, Anne-France  
Maurer, Victor Mestre, Patrícia Monteiro,  
Mariana Nabais, Vanessa Navarrete,  
César Oliveira, Susana Pacheco, Marco  
Penajoia, Ricardo Pimenta, Ana Elisabete  
Pires, Natália Quitério, Paulo Oliveira  
Ramos, Jorge Raposo, Luís Raposo,  
Paulo Rebelo, Maria de Jesus Sanches,  
Joel Santos, António Manuel S. P. Silva,  
Francisco Silva, Luciana Gaspar Simões,  
João Pedro Tereso e Filipe Vaz

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan*  
não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.  
No entanto, a revista respeita a vontade  
dos autores, incluindo nas suas páginas tanto  
artigos que partilham a opção do editor como  
aqueles que aplicam o dito Acordo.

## RESUMO

Os autores abordam a importância das antas no imaginário popular e erudito das comunidades portuguesas, muito anterior ao reconhecimento da sua relevância científica e valor arqueológico. Essa importância é evidenciada na toponímia antiga, onde abundam termos derivados da estrutura dos monumentos megalíticos ou dos montículos que, por vezes, ainda os cobriam.

São sublinhadas as primeiras publicações científicas dedicadas ao tema, onde se destaca o pioneirismo de Francisco Pereira da Costa, que em 1868 descreve os resultados de escavações realizadas em antas na região de Castelo de Vide.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Arqueologia portuguesa; Pré-História; Megalitismo; Anta; Identidades.

## ABSTRACT

The authors deal with the importance of tombs in the popular and academic imagination of Portuguese communities, which is much prior to the recognition of their scientific relevance and archaeological value. That importance is clear in old toponymy, with many words derived from the structure of megalithic monuments and the mounds that sometimes covered them.

The author highlights the first scientific publications dedicated to the theme, among which those of the pioneer Francisco Pereira da Costa, who, in 1868, described the results of excavations carried out in tombs in Castelo de Vide.

**KEY WORDS:** History of Portuguese Archaeology; Prehistory; Megalithism; Tomb; Identities.

## RÉSUMÉ

Les auteurs abordent l'importance des dolmens dans l'imaginaire populaire et érudit des communautés portugaises, très antérieure à la reconnaissance de leur portée scientifique et valeur archéologique. Cette importance est mise en évidence dans la toponymie ancienne, où abondent des termes dérivés de la structure des monuments mégalithiques ou des monticules qui parfois les recouvraient encore. On souligne les premières publications scientifiques dédiées à ce thème où ressort l'aspect pionnier de Francisco Pereira da Costa, qui en 1868 a décrit les résultats de fouilles réalisées sur des dolmens dans la région de Castelo de Vide.

**MOTS CLÉS:** Histoire de l'Archéologie portugaise; Préhistoire; Mégalithisme; Dolmen; Identités.

# Antes da Arqueologia

## as antas no imaginário popular e erudito do povo português

João Luís Cardoso <sup>1</sup> e Rui Mataloto <sup>2</sup>

**E**m 1912, José Leite de Vasconcelos apresentou ao Congresso Internacional de Arqueologia, reunido em Roma, uma comunicação relativa à importância da informação toponímica para o conhecimento do povoamento pré-histórico do território português. Para o efeito, baseou-se nos topónimos relacionados com monumentos megalíticos, ou dos montículos que por vezes ainda os cobriam, como Anta, Antas, Antela/Antelas, Antinha, Arca/Arcas, Arcainha, Mama, Mamaltar, Mamoa, Mamoinha, Mamunha, Orca, Pála, Paradanta/Paradantas, Perafita, entre muitos outros. Foi assim possível demonstrar a ocorrência de tais topónimos de forma ampla e generalizada no território português, revelando, no entender de J. Leite de Vasconcelos, a maior ou menor abundância de tais topónimos nos diversos territórios a diversa intensidade do seu povoamento pré-histórico (VASCONCELOS, 1912: 256) (Fig. 1).

No entanto, esta perspectiva veio a ser contrariada, e bem, por Virgínia Rau, com o argumento de que a referida abundância toponímica, por ser apenas de origem medieval e moderna, resultaria simplesmente da densidade demográfica da população a partir da Idade Média, nada tendo a ver com a demografia pré-histórica (RAU, 1952). Assim se explicaria a elevada quantidade de topónimos situados na região minhota, por ser aquela que maior densidade demográfica possuía. A contraprova para esta conclusão, para a autora, seria a assinalável presença de dólmenes – mais de trezentos – identificados e explorados por Manuel Heleno na região de Coruche-Montemor-o-Novo, a qual, porém, corresponde a espaço geográfico presentemente pouco povoado, pelo que escassos vestígios existem na toponímia, ao contrário do que seria de esperar na perspectiva leiteana. Mais tarde, um estudo exaustivo de todos os topónimos relacionados com a ocorrência de dólmenes no território português e sua explicação linguística foi publicado pelo etnógrafo e arqueólogo Luís Chaves (CHAVES, 1951).

A distribuição atualizada dos dólmenes no território português (Fig. 2) dá razão à perspectiva de Virgínia Rau, pois nota-se evidente contraste entre a sua abundância no terreno e a quantidade de topónimos correspondentes, como o Alentejo. Por outro lado, verifica-se que, no Alentejo, é a palavra “anta” e seus derivados que predomina, enquanto topónimos como “orca”, “arca”, “mamôa” são característicos do centro interior e do norte

<sup>1</sup> Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Universidade Aberta (Lisboa). ICArEHB (Universidade do Algarve) ([cardoso18@netvisao.pt](mailto:cardoso18@netvisao.pt)).

<sup>2</sup> Município de Redondo ([rmataloto@gmail.com](mailto:rmataloto@gmail.com)).

Por opção dos autores, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.



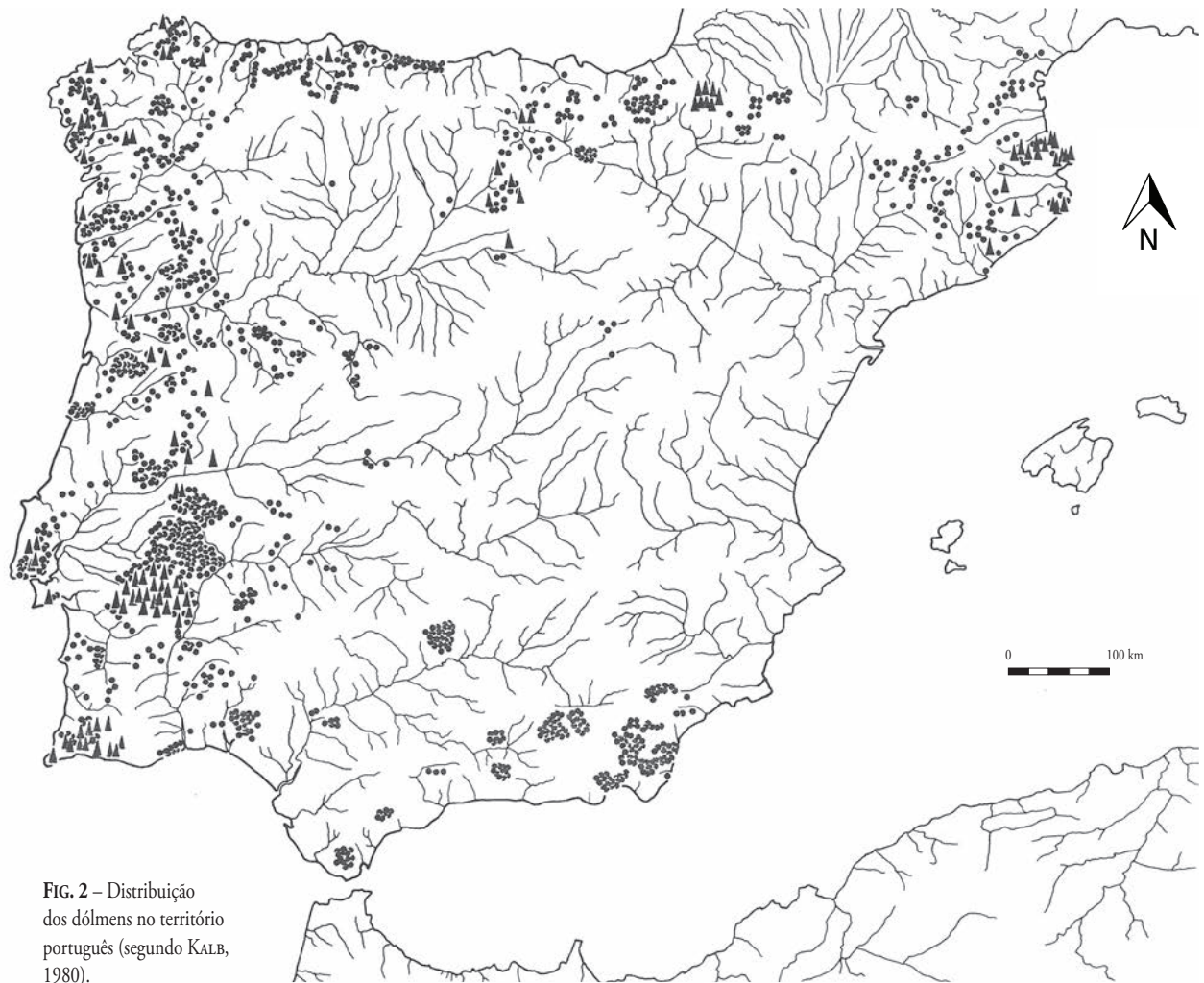


FIG. 2 – Distribuição dos dólmenes no território português (segundo KALB, 1980).

Em documento de cerca de 760, que Viterbo não especifica, diz-se: “*Pro ut dividit cum alias Villas per petras fixas, & mamolas antiquas*”. E muitos outros casos se poderiam invocar, como os apresentados por José Leite de Vasconcelos no já citado estudo (VASCONCELOS, 1912: 258) ou no seu antecedente, de 1897, onde também apresenta a etimologia de anta e de orca, como se referiu acima.

Virgínia Rau acrescenta mais alguns exemplos do uso arcaico destes dois grupos de topónimos, em documentos de 1156, 1165 e 1171, evidenciando o pleno uso dos mesmos no século XII como referências visuais na delimitação das terras (RAU, 1952: 217, nota 1).

Com a Reconquista e o povoamento por cristãos das terras a sul do Tejo, verifica-se a mesma prática em territórios que então careciam de delimitação, recorrendo para tal aos mesmos marcadores visuais, num processo de delimitação e partilha com o aproveitamento da paisagem natural e das suas ocorrências mais notáveis.

Assim, a fundação de novas povoações fortificadas, com a delimitação dos respectivos concelhos, de iniciativa régia, irá transformar o território alentejano nos tempos de D. Afonso III e de D. Dinis, ocupando uma paisagem que então se reconhece e de novo se reparte (MATALOTO e CARDOSO, 2024).

É o caso (MATALOTO, 2020), do foral de Monsaraz, de 1276, outorgado por D. Afonso III, em que, além de se mencionarem diversas penedias, ribeiras e cabeços, alguns dos quais mantêm ainda hoje o mesmo nome, como Degebe, Zambujal, Travessa, Çiada (Asseada) ou Redondo, é particularmente interessante a passagem onde uma anta é mencionada como marco delimitador: “*et de ipso marco comodo atravessat ipsam carriariam et supradictam moutam et vadit ad quasdam antas de una arca de tempore antico et ipsa arca stat pro marco*”<sup>1</sup>.

Esta passagem assume grande interesse pelo reconhecimento do monumento dolménico como construção do tempo antigo, envolvendo a percepção de uma paisagem ancestral, sendo ainda de notar a diferenciação estabelecida entre “anta” e “arca”. É provável que este sepulcro corresponda à anta do Viseu (LEISNER e LEISNER, 1951: 312), hoje no concelho de Évora por escassas centenas de metros. Efectivamente, dos sepulcros cujo conhecimento chegou até nós, poucos poderiam ser associados ao mencionado no foral, dada a sua localização na extrema dos dois concelhos, e entre as estradas antigas de Évora para as Perolivas ou para Monsaraz, sabido que era então ainda inexistente a povoação de Reguengos.

<sup>1</sup> Transcrição da *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, fl. 135 v. (VENTURA e OLIVEIRA, 2006: 213).

Outro documento medieval, a carta de aquisição da Herdade do Esporão, constante do *Livro dos Bens de D. João de Portel* (1267) assinala diversas realidades antigas, tornando evidente o profundo esquadrinhar que o Homem medieval efectuou do território. A toponímia medieval indica, pois, o detalhado conhecimento do território, assente em referências que se incorporaram nas novas delimitações administrativas. No documento em apreço menciona-se a “Cabeça da Anta”, e ainda uma “mamoia redonda” que se encontra sobre a “represa da Argamassa” (terminando por mencionar o “Castelo Vello” dito do “Udigebe” (AZEVEDO, 2003 [1906-1910]: 43). Crê-se que, tanto a anta de Vale Castelo, ainda com restos de mamoa, como a anta 1 do Esporão (MATALOTO e PEREIRA, no prelo), bastante bem conservada, poderiam efectivamente ter correspondido a estas menções dada a sua adjacência aos limites da Herdade do Esporão.

O trabalho de campo desenvolvido por um de nós em Reguengos de Monsaraz (R. M.) permitiu verificar ainda que os sepulcros megalíticos terão também ali sido utilizados na delimitação de diversas herdades, como ficou patente nos limites das herdades do Passo (antas 5 e 6 do Passo), e de Vale Carneiro (anta 4 de Vale Carneiro), numa época em que a paisagem seria mais profundamente percebida do que hoje, em que os símbolos de ancestralidade são erradicados com denodada indiferença e desconhecimento.

Pela mesma época (1257), surge a menção a uma anta na definição do termo de Montemor-o-Novo, na confrontação, ainda actual, com Coruche (OLIVEIRA, 2001: 41), a qual nos revela um outro dado importante. O documento de termo menciona “*et inde ad cabezam ubi jacebat centenum et inde ad portum veterem de carraria veteri de Caya et inde recte ad Antoaz (?) et inde ad locum quam vocitant de donno Martino Lupiz et inde quomodo venit per semedarium de Vite et inde ad m[sic] autam d’ Chafaliar*”<sup>2</sup>, a qual se reporta claramente à anta do Chapelar, demonstrando a grande antiguidade da toponímia, como acto fundador da demarcação de uma paisagem que permaneceu até hoje (Fig. 3). Alguns quilómetros a sudeste, ainda que se desconheça qualquer menção antiga, também a anta 4 da Aldeia de Bertianos se localiza na divisória dos concelhos de

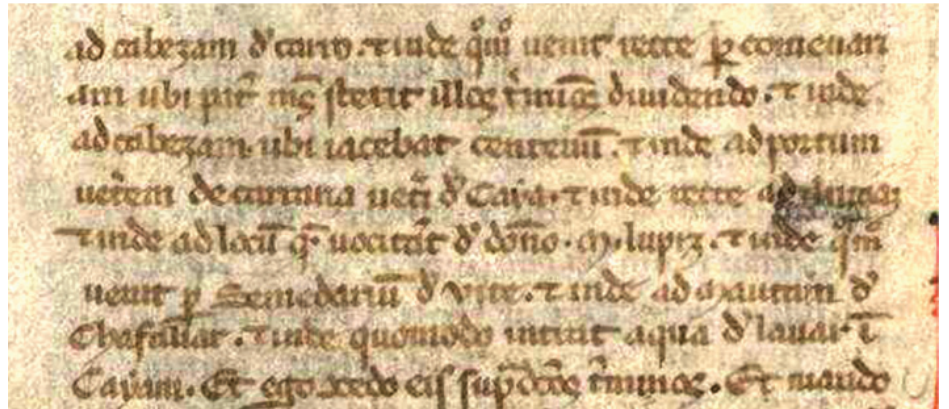


FIG. 3 – A anta do Chapelar, mencionada na delimitação do termo de Montemor-o-Novo, na confrontação, ainda actual, com Coruche (OLIVEIRA, 2001: 41).

Coruche e de Arraiolos. É ainda o caso da anta da Caeira, entre os concelhos de Arraiolos e de Mora. Todavia, neste caso, como a reforma administrativa marcou a extinção de muitos antigos concelhos, como os de Pavia e de Vimieiro, é necessário alguma cautela e análise mais aprofundada.

A carta de couto da herdade de Alvito (1260) contém a referência a uma anta, que poderá ser a anta de Valongo (CNS 22136), ainda hoje no concelho de Alvito, cerca da fronteira entre os distritos de Beja e Évora, tal como à época, quando os concelhos de Alvito e de Viana do Alentejo ainda não existiam, mas já aqui se separavam os termos daquelas duas cidades. Nesse mesmo documento se encontra, talvez, a mais antiga referência a um menir, assinalando-se “*Videlicet de patrono de Marcabron eundo directe per marcos ad patronum qui stat prope rivum de Udivelis...*”, sendo, segundo se crê, o menir de Mau Cabrão (CNS 6324), por padrão situado junto ao limite dos concelhos, então ainda inexistentes, de Vidigueira e de Cuba.

<sup>2</sup> Transcrição da *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, fl. 135 v. (VENTURA e OLIVEIRA, 2006: 134).

A forma como estes elementos ancestrais se aproveitaram no emparcelamento da paisagem medieval é evidenciada na margem da Serra d'Ossa, no testamento de Catarina Pires Folgada, datado de 1408 (MOREIRA e CALADO, 2010), onde se menciona a Herdade de Valdanta, correspondente *lato sensu* à actual propriedade homónima, na qual, de facto, se conhecem os restos de um sepulcro megalítico (*Valdanta*, CNS 1941). Este é um caso particularmente interessante, na medida em que este sepulcro, que deu nome à herdade, nunca foi terminado (MATALOTO, 2019: 39), mas ainda assim reconhecido como elemento identitário, justificado pelo seu porte.

Conhecem-se outras evidências documentais desta realidade, pois já durante o reinado de D. Dinis, com a desafecção de parte do território do concelho de Evoramonte para a criação do concelho de Redondo, em 1318, se alude, no respectivo foral, a uma anta utilizada como suporte de marca delimitadora: “[...] anta do alocasto da mamoa hu fezerom hũa cruz na pedra da dicta anta descontra o Redondo” (COELHO, 2022: 349). Trabalhos de campo recentes permitiram verificar que este monumento corresponde a sepulcro inédito, a anta 7 do Colmeeiro, na qual, sobre a tampa disposta em cutelo, “*descontra o Redondo*”, se documentou de facto presença de um cruciforme. A alusão diferenciada à “anta” propriamente dita e à sua “mamoá” vem evidenciar a clara complementaridade das duas designações: a “anta”, enquanto estrutura pétrea em forma de portal, implantada no centro da “mamoá” que, sabemos-lo hoje, a cobria originalmente na sua totalidade. A referida cruz ainda hoje é visível (Fig. 4), sacralizando um monumento cuja existência passaria a ficar subordinada ao símbolo maior do cristianismo.

Na verdade, por toda a Europa medieval se observam casos comparáveis de apropriação para o Cristianismo de monumentos antigos, como marcos na paisagem, num esforço de integração e legitimação dos mesmos, os quais haviam sido levantados em tempos imemoriais pelos “herges”, pelo que a sua purificação se impunha, para manterem intacta a sua relevância simbólica (MORTILLET, 1866). Alguns destes exemplos encontram-se reproduzidos em obra recente e dão bem a ideia da importância de providenciar a sua cristianização (MICHELL, 1982).

Com efeito, no imaginário popular persistiu durante muito tempo, e nalguns casos até à actualidade, a associação das antas a crenças e práticas pagãs. Um dos casos mais evidentes corresponde à anta da Pedra dos Mouros, perto de Belas (Sintra), a qual, até ao início do século XX, era anualmente visitada pela população participante na romaria do Senhor da Serra. Fotografia de J. Benoliel, de 1907 (BOAVENTURA e CARDOSO, 2014), documenta essa particular devoção pelo monumento pré-histó-



FIG. 4 – Cruz executada na anta 7 do Colmeeiro (Redondo), provavelmente a mesma que se encontra mencionada no Foral do concelho de Redondo, dado em 1318 por D. Diniz (segundo MATALOTO, 2020).

rico (Fig. 5), no caso associada a prática propiciatória da fecundidade feminina: as mulheres que pretendiam engravidar escorregavam ao longo do esteio de maiores dimensões, em contacto directo com a superfície do mesmo (informação verbal fornecida pelo saudoso arqueólogo O. da Veiga Ferreira), que tal terá ainda presenciado na sua juventude. Reportando-se ao mesmo dólmen, Vergílio Correia assinala exactamente a mesma prática, mas omitindo o seu carácter ritual, limitando-se a referir que o monumento seria “*aproveitado pelosromeiros alegres para exercícios de glissagem de fundilhos*” (CORREIA, 1913: 351). Prática semelhante se conhece na Anta-Capela de Nossa Senhora do Livramento, Montemor-o-Novo, onde, por razões idênticas (fertilidade) as jovens se faziam escorregar no esteio retirado para abrir a entrada do templo. Também neste caso havia um dia específico de forte reminiscência simbólica, a segunda-feira de Pascoela. Esta mesma prática ritual de escorregamento e fricção foi identificada em França, a par do escalamento (SÉBILLLOT, 1902), tendo ambas coexistindo, como se viu, na Pedra dos Mouros. O seu significado propiciatório seria múltiplo, quer no respeitante à fertilidade feminina, quer como augúrio matrimonial: Luís Chaves reportou precisamente às práticas de escorregamento observadas neste dólmen, “*provas de experiência e adivinhação de namorados ou pretendentes*” (CHAVES, 1951: 112) que não deixariam de ter também uma componente lúdica, como o próprio refere. Tais fenómenos podem observar-se também em penedos naturais: são os casos identificados em Portugal na Povoia da Lanhoso e em Prazins (Guimarães), entre outros referidos por Luís Chaves (CHAVES, 1917: 59), citando Leite de Vasconcelos.



FIG. 5 – Foto de Joshua Benoliel datada de 1907 da anta da Pedra dos Mouros, Belas (Sintra), no dia da romaria do Senhor da Serra (segundo BOAVENTURA e CARDOSO, 2014).

Outro topónimo dos dólmenes no território português, clara reminiscência de práticas pagãs de natureza propiciatória, foi igualmente referenciado por aquele autor e decorre das próprias características arquitectónicas dos dólmenes em melhor estado de conservação, com os esteios cobertos por uma laje horizontal, constituindo uma mesa e configurando a forma de altar: “Altar de Vale de Fachas”, ou “Mamaltar de Vale de Fachas” (Viseu), é dólmen celebrizado na região de Côta desde o conhecido estudo de José COELHO (1912), a que se poderiam juntar outros topónimos da mesma família: “Mamaltar” / “Mama do Altar” e “Pedra de Altar” ou “do Altar”, na Beira Baixa, como assinala LUÍS CHAVES (1951: 97).

A semelhança arquitectónica formal de alguns dólmenes com altares explica a prática propiciatória de origem pagã neles registada em Época Medieval, relacionada com o sucesso das colheitas: ainda em 1951, e baseado em Leite de Vasconcelos, Luís Chaves assinalou “o exemplo de uma anta, próximo de Pinhel, onde se queimam as primícias dos frutos do ano [...]; depois, tira-se da direcção do fumo o oráculo das colheitas agrícolas, nas terras a que pertenceram as primícias cremadas; conforme a direcção seguida, a obliquar à direita ou à esquerda, o ano é bom ou mau” (CHAVES, 1951: 112). Facilmente se poderia substituir o áugure moderno pelo romano ou pré-romano para se ter uma ideia impressiva da sobrevivência deste culto, desde os tempos pré-romanos até à modernidade.

A queima dos frutos sobre as mesas das antas, funcionando como altares rurais, no que respeitava à prática da dízima, foi prática divinatória

até época recente, conforme assinalou Luís Chaves. Pelo interesse do testemunho registado em 1758 nas *Memórias Paroquiais*, respeitante à anta da Paraneira, próxima da povoação de Soutelo (Vila Verde), de características em tudo semelhantes às observadas no exemplo anterior, aqui se volta a transcrever o notável testemunho recolhido por Pedro de AZEVEDO (1903: 270-271): “Há nesta freguesia de Soutello hua antiguidade no lugar da Cachada e bem a ser hua pedra Redonda terá des ou doze palmos de diâmetro, de grossura competente levantada da terra de altura até seis palmos sobre sete pedras; cuja obra tosca custaria muito a duzentos homens polla assim, que mais parece seria assim obrado detro da terra, e esta com a continuação dos tempos e das chuvas a poderia descobrir (chamasse a paranheira) cuja analogia bem condiz nesta Provincia, como vyo para que se applicava; servia não sey se de bayxo se em cima de queimar em sacrificio os frutos como Abel porque depois de terem dizimado dos frutos que lhe ficavão tomando algua parte lhe punhão fogo e o fumo que dahy sahia se observava que subindo direito para o ceo achavão tinhão dizimado bem e se o fumo se afastava para os lados entendiam tinhão dizimado mal e tornavam a dizimar”.

Esta realidade, que todos os anos se podia observar pelos campos, por certo influenciou as interpretações dos primeiros eruditos que, em Portugal, se debruçaram sobre o significado das construções dolménicas. Foi o caso de Fr. Martinho de S. Paulo que, em carta de 1571 transcrita por Fr. Manuel de S. Caetano DAMASIO (1793: 3-4), interpreta as antas existentes na serra d’Ossa como altares erigidos pelos Lusitanos, comemorando a vitória sobre os exércitos romanos: “passada a batalha, ofereciam Sacrificios aos seus Deoses em gratificação da vitoria alcançada”. Trabalho recente (MATALOTO e CARDOSO, 2024) dá conta do interesse despertado pelos dólmenes existentes na cerca daquele convento eremítico

da serra d'Ossa (Redondo) por parte de alguns monges, embora ainda estivesse longe o tempo da percepção do seu verdadeiro significado. Igual interpretação foi a apresentada por Manuel Severim de Faria, que, na viagem que realizou no dia 24 de Novembro de 1604, entre Sernancelhe e Ranhados, comentou que as antas situadas próximo da povoação do mesmo nome, perto de Sarzedas, serviam para “*sacrificios gentílicos*” (SERRÃO, 1974: 109-110).

Na verdade, a tradição das antas corresponderem ou serem utilizadas como altares remontará, pelo menos, aos próprios Romanos, como sugeriu Leite de Vasconcelos, baseado numa referência toponímica contida no *Itinerário de Antonino Pio*: assim, o topónimo *Ad Septem Aras*, mencionado na via de *Olisipo - Emerita* significaria sítio onde se implantavam sete antas, ou várias antas, atendendo à utilização do número sete com carácter simbólico ou mágico, de expressão generalizada a toda a Europa, exprimindo a noção de conjuntos de elementos homólogos associada à noção de quantidade (VASCONCELOS, 1912).

Em síntese, a sacralização de antas ou de massas rochosas naturais foi situação comum em Portugal e também em Espanha e além-Pireneus, remetendo para tempos anteriores ao Cristianismo; um estudo exaustivo deste fenómeno, no respeitante aos penedos sacralizados peninsulares, foi realizado recentemente por Martín Almagro, situando a sua génese em época proto-histórica, associada à presença céltica (ALMAGRO-GORBEA, 2015), tendo-se mantido em Época Romana e chegando à modernidade. Enfim, não é despreciando o significado mágico atribuído aos dólmenes nas tradições populares portuguesas. Sem querer entrar em detalhes sobre este interessante tema, é de referir que, no imaginário popular, os dólmenes encontravam-se muito frequentemente conotados a espaços sobrenaturais, associados a mouros ou a mouras encantadas, que “*por ali vivem encantados a penar ou a guardar misteriosos tesouros*” (CHAVES, 1917: 62). Tal associação encontra-se claramente registada na toponímia, de norte a sul do país, como é o caso da Pedra dos Mouros, em Belas, já acima referida.

O quadro acima descrito respeitante às antas no imaginário popular do território português manter-se-ia até à actualidade, e só excepcionalmente, e por via da ocorrência casual de ossos, se associavam os dólmenes ao seu verdadeiro uso sepulcral primordial, como ilustra a sua recorrente designação como sendo “*sepultura dos Mouros*”, exemplificada, entre tantos outros casos, por Santos Rocha no concelho da Figueira da Foz (CHAVES, 1917: 68).

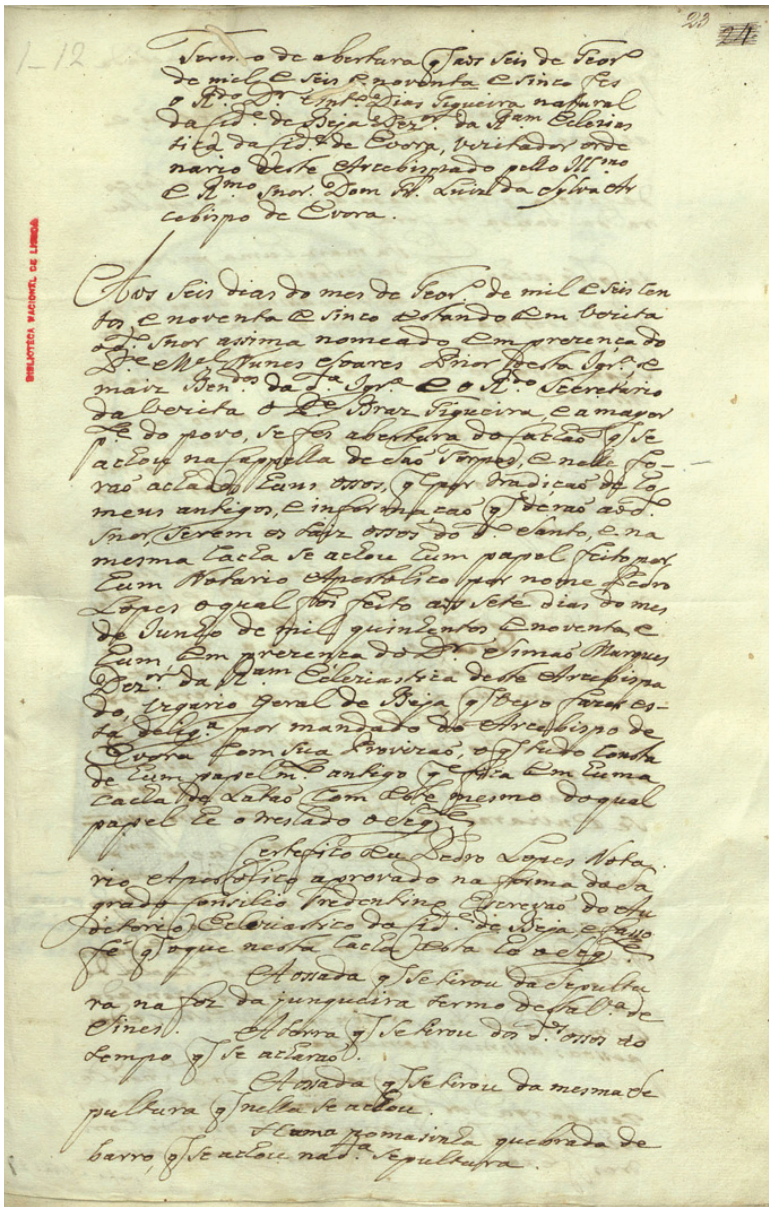
O exemplo mais notável da conotação popular das antas com a sua utilização funerária em tempos pré-científicos é o da célebre sepultura atribuída a São Torpes, na foz da ribeira da Junqueira, no litoral a sul de Sines. Neste caso, trata-se de uma conotação de origem erudita e eclésiástica, que está na origem da primeira escavação arqueológica de um sítio pré-histórico do território português, se não mesmo a nível europeu (CARDOSO, 2017).

Com efeito, a partir do século XVI, os estudos respeitantes à Antiguidade Clássica e seus autores eram já do conhecimento generalizado dos eruditos, que os utilizavam de forma exaustiva com o propósito de integrar as informações resultantes dessas leituras na interpretação dos monumentos cuja verdadeira antiguidade e finalidade ainda não tinham sido reveladas pela Arqueologia (SERRÃO, 2015). No caso em apreço, tudo aponta para uma pequena anta ou cista dolménica, da qual no século XVIII ainda estariam conservados dois esteios. Tal disposição foi suficiente para a sua atribuição à sepultura daquele mártir cristão, cujo corpo teria dado à costa naquele mesmo local, sendo ali sepultado. Esta tradição justificou a cuidadosa exploração do sepulcro em 1591, com a cuidadosa recolha dos espólios arqueológicos e antropológicos exumados, os quais foram acondicionados em uma arca, cujo termo de abertura, datado de mais de um século depois da exploração, de 6 de Fevereiro de 1695, se conserva (Códice 146 da Biblioteca Nacional de Portugal) (Fig. 6). A memória do local da referida sepultura foi assinalada por um cruzeiro, do qual hoje apenas se conserva a base, datado de 1793 (Fig. 7), que substituiu uma cruz anteriormente ali colocada, conforme se registou nas *Memórias Paroquiais* de 1758: “*Na foz desta Ribeira de Junqueyra que he na praya está a sepultura de São Torpes asignalada com huma cruz [...]*” (AZEVEDO, 1903: 268).

De entre os espólios arqueológicos recolhidos em 1591, destaca-se uma placa de xisto, a qual se encontra desenhada no código de 1695 (Fig. 8), sendo talvez a mais antiga representação a nível internacional de um objecto cultural pré-histórico, depois reproduzido com alterações na obra de Liz Velho dedicada à vida de São Torpes (VELHO, 1746).

O termo de abertura do cofre contendo as relíquias recuperadas em 1591, lavrado em 1695, era, a par do livro de Estêvão de Lis Velho, do conhecimento de D. Fr. Manuel do Cenáculo (Fig. 9). Este, já Bispo de Beja, realizou na sua jornada pastoral de 9 de Outubro de 1791 escavações nas dunas do litoral de S. Torpes, na tentativa de encontrar o que restaria do primeiro templo destinado à conservação daquelas relíquias, esquecida a verdadeira natureza da sepultura pré-histórica. E, de facto, ao “*fazer algumas escavações naqueles sítios achei no interior daquela Praia vestígios de paredes grossas, e antiquíssimas; e junto ao mar eu mesmo descobri nos difficultosos Médos de areia muitas sepulturas, e pedaços de bronze [...]*” (CENÁCULO, 1949: 427). Na verdade, as aludidas paredes poderiam bem ser romanas e as sepulturas corresponderem a cistas da Idade do Bronze, como as que, na actualidade, têm vindo a ser ali exploradas (SILVA e SOARES, 1981).

Mais tarde, na visita pastoral realizada ao longo do litoral do seu bispado, procurando conhecer o território e as suas gentes, recolhendo ao mesmo tempo elementos para a sua História, o referido autor realizou novas escavações na foz da ribeira da Junqueira, na manhã de 28 de Julho de 1794 (DEUS, MATIAS e VALE, 2016: 36), um ano depois da erecção do cruzeiro acima referido.



FIGS. 6 E 7 – À esquerda, uma página do códice 146 da BNP, datado de 6 de Fevereiro de 1695, respeitante ao termo de abertura da arca onde se guardavam, desde 1591, os espólios recuperados nas escavações arqueológicas então realizadas na suposta sepultura de S. Torpes, na foz da ribeira da Junqueira, a sul de Sines (por deferência da BNP).

Em baixo, base do cruzeiro erigido em 1793 na foz da ribeira da Junqueira, a sul de Sines, para assinalar o local da sepultura de S. Torpes.



Fotos: João Luís Cardoso.



FIGS. 8 E 9 – À esquerda, desenho à pena da placa de xisto recolhida na suposta sepultura de S. Torpes, integrante do códice 146 da BNP, datado de 6 de Fevereiro de 1695, correspondendo, que se saiba, à primeira representação de um objecto simbólico pré-histórico a nível mundial (por deferência da BNP). À direita, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814). Academia das Ciências de Lisboa.

Importa referir que a tradição de associar sepulturas de santos a dólmenes encontra outro exemplo na anta ou lapa de S. Fraústo (versão popular de Fausto), perto da vila do Torrão, tendo sido construído sobre a mesma um nicho para a sua imagem, conforme foi observado e publicado em 1897 por J. Leite de Vasconcelos (in CHAVES, 1951: 109).

É no movimento de interpretação erudita dos vestígios do passado, iniciado pela Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720 por D. João V, e protagonizado por alguns dos seus mais operosos membros, deliberadamente alheios a qualquer resquício da tradição popular historicamente não sustentada associada aos referidos vestígios, que se explica a conferência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem, de seu nome completo (GOMES, 1964: 17), usualmente conhecido por Martinho de Mendonça, ou Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, apresentada na sessão académica de 30 de Julho de 1733, sobre as antas (PROENÇA, 1733) (Fig. 10), prontamente publicada nas *Memórias* da Academia naquele mesmo ano de 1733.

Este ilustre académico encontrava-se munido de importante suporte documental, como era habitual nos Académicos seus contemporâneos, que lhe permitiu sustentar e discutir, com base na análise exaustiva dos textos ao seu dispor, o significado dos monumentos megalíticos e a sua antiguidade, que constituía o tema da sua comunicação. Importa dizer que atingiu plenamente os objectivos a que se propôs. O seu texto, longe de se confundir com um balofo e incosequente exercício de erudição, perseguiu um caminho lógico e inovador, que lhe permitiu chegar a conclusões bem concretas, ilustrando o raciocínio pré-científico de natureza dedutiva bem evidenciado ao longo de todo o seu discurso. E as conclusões a que chegou só não foram mais longe em virtude das limitações impostas pela própria natureza da informação disponível no quadro da época.

Na verdade, os únicos vestígios materiais que então eram unanimemente reconhecidos no território português como anteriores à Antiguidade Clássica eram as antas, então atribuídas a altares, as quais teriam sido erigidas pelos Celtas da Europa além-Pirenéus, ou pelos Lusitanos, no que ao território português dizia respeito. Tal é, entre outras, o teor da passagem contida na *Chronica dos Eremitas da Serra d'Ossa* (SANTO ANTÓNIO, 1745). A passagem da referida crónica, publicada doze anos depois da conferência académica de Martinho de Mendonça, contrasta com o avanço das conclusões por este apresentadas, sublinhando o monge, de forma apologética, que certos acontecimentos históricos, relatados pelos

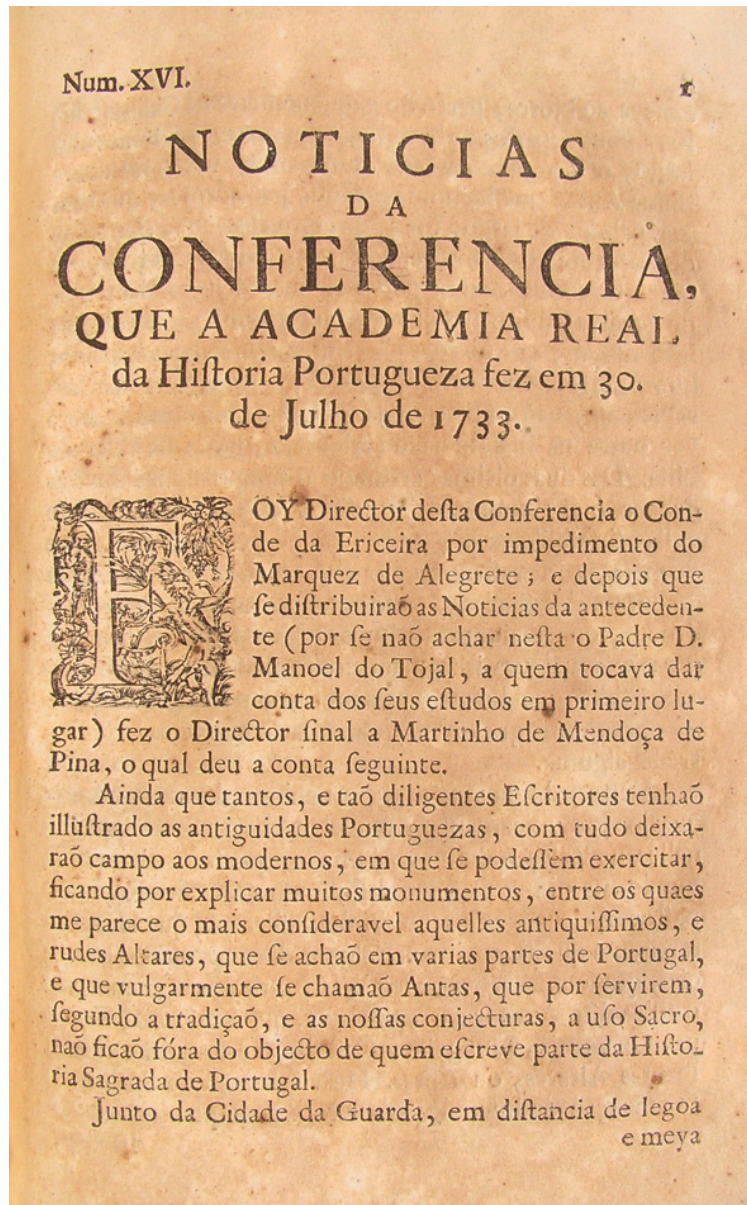


FIG. 10 – Primeira página impressa da Conferência de Martinho de Mendonça na Academia Real, apresentada a 30 de Julho de 1733 (a partir do exemplar da АРН).

autores clássicos, haviam ocorrido justamente ali, nas terras do convento, aumentando o seu prestígio. Assim, os vestígios de ocupação humana pré-histórica conhecidos nos pontos mais elevados da Serra d'Ossa, desde logo se associaram às deambulações de Viriato e de Sertório na região, relatadas nas fontes clássicas (SANTO ANTÓNIO, 1745: 75 e 82), sendo o Alto de São Gens associado ao célebre Monte Vénus, reduto de Viriato, de onde saiu a dar combate aos romanos: “[...] sendo a Serra de Ossa em tudo acomodada ao intento, e onde se divisão ainda hoje os alojamentos, que fez Viriato no monte de S. Gens, e aparecem os vestígios, que são tão grandes, e capazes, que dentro deles se podia alojar hum exercito de mais de quarenta mil homens, com toda a sua bagagem, e correm da mesma torre de S. Gens até defronte da cerca de Vale de Infante, e até ao Castelo

Foto: João Luis Cardoso.

*Velho, tomando de huma, e outra parte da serra, onde Viriato esperou ao exercito Romano, e dahi desceo a dar-lhe batalha: como se manifesta também das muitas Antas, que estavam ainda em nossos tempos ao redor, e fraldas desta serra, cujos sítios conservão hoje os nomes das ditas Antas*”(SANTO ANTÓNIO, 1745: 81).

As já citadas antas foram, pois, entendidas como altares sacrificiais: *“Dentro da cerca do nosso Convento da Serra esteve huma, que eu ainda alcancei, tão grande, que o Reitor, que então era do dito Convento, mandou contra o meu voto derrubar para se aproveitar da muita pedra, que tinha, ficando ahi de prezente a cova, donde se tirarão as pedras; e juntamente sinal das cinzas, e carvoens de fogo, com que se fazião os sacrificios; e da outra, que estava fora da cerca persegvera huma porta da mesma cerca que se chama a porta da Anta. E estas Antas he certo, que erão as aras, ou altares, em que os vencedores passada a batalha offerecião sacrificio a seus Deoses em gratificação da vitória alcançada ou antes, para os terem propícios na guerra”* (SANTO ANTÓNIO, 1745: 82).

Ao contrário, ignorando deliberadamente tão “eruditas” conjecturas, Martinho de Mendonça meteu ombros a uma nova abordagem, metodologicamente inovadora, centrada nos dados de observação directa oferecidos pelos elementos de construção que integravam as antas, com a consequente interpretação dos mesmos à luz dos conhecimentos da época (CARDOSO, 2022). Tendo verificado visualmente a ausência de marcas de instrumentos de ferro no corte dos monólitos que integravam os monumentos e a sua evidente rusticidade, associou-os à tradição construtiva hebraica assinalada no Antigo Testamento, que proibia o uso de instrumentos de ferro. Desta observação, resultou a conclusão de as antas terem sido construídas por comunidades hebraicas isoladas nesta finis-terra da Europa, as quais aqui conservaram aquela tradição, associada ao culto do Deus único, que se manteve até à conquista romana.

Deste modo, Martinho de Mendonça pode considerar-se pioneiro da investigação Pré-Histórica a nível mundial, por via da conferência proferida em Lisboa a 30 de Julho de 1733, no respeitante aos monumentos dolménicos, então já implicitamente considerados como das mais antigas construções da Humanidade.

Esta conferência corresponde, de facto, a um dos contributos mais originais e consequentes que, na primeira metade do século XVIII, se escreveram na Europa acerca dos monumentos megalíticos e da sua antiguidade, com base na sistemática exploração do registo documental então disponível, fosse ele de natureza sagrada ou profana. Constituiu, assim, caso exemplar da investigação setecentista europeia de temas pré-históricos, sendo apenas conhecido de um número muito limitado de investigadores portugueses, e quase sempre de forma generalista (CORREIA, 1947; SANTOS, 1987), ou sumária (COSTA, 1868; GOMES, 1964; FABIÃO, 2016).

Face ao exposto pode concluir-se, em resumo, que, desde a época clássica, as antas foram atribuídas a construções produzidas por comunidades cuja origem se perdia na noite dos tempos, sendo associadas, no imaginário popular ao “tempo dos mouros”. Mais tarde, seguramente a partir da Alta Idade Média, e sobretudo no decurso da Baixa Idade Média, especialmente nos novos territórios conquistados pelos cristãos no Alentejo, as antas serviram como marcadores territoriais, delimitando espaços integrados nas paisagens milenárias onde se encontravam inseridas. Mantinha-se o desconhecimento absoluto do seu verdadeiro significado, o qual, fosse ele qual fosse, carecia de cristianização, como se verificou em diversos casos, tal como em Espanha e além-Pireneus.

Com o Renascimento, as antas adquiriram novas leituras, associadas a sepulturas, face à ocorrência, em alguns casos, de restos humanos, aos quais rapidamente se associaram, sobretudo por via erudita, santos e mártires, de que é exemplo notável a sepultura de São Torpes, no litoral alentejano a sul de Sines, conotação que facilmente se entranhou no imaginário popular.

Mais tarde, e ainda por via erudita, no decurso dos séculos XVII e XVIII, e mesmo até ao início do século XIX, as antas foram associadas invariavelmente a altares dos Druidas, expressão da cultura Celta, e, em Portugal, aos Lusitanos, que assim celebrariam as suas vitórias contra os invasores romanos, conforme exemplarmente se expressou na *Chronica dos Eremitas da Serra d’Ossa*, impressa em Lisboa em 1745.

No entanto, já anteriormente, em 1733, despontava uma nova perspectiva de interpretação, a qual, sem colocar em causa a sua finalidade como altares, vinha valorizar a forma como os monólitos foram talhados, reportando-os a uma época muito anterior à das guerras entre Lusitanos e Romanos. Estava-se então já perante uma abordagem baseada na interpretação dos factos da observação empírica, de natureza pré-científica, em pleno Iluminismo setecentista. Importa encarecer esta realidade, verificada em Portugal, a qual só muito recentemente foi devidamente valorizada (CARDOSO, 2022).

A realidade viria, assim, a ser paulatinamente alterada. Mas seria necessário esperar ainda mais de um século para que a realidade viesse, pouco a pouco, a ser reconhecida, pese embora os restos humanos que, desde finais do século XVI, vinham sendo recuperados em escavações de mamoas no sul de Inglaterra, perto do célebre monumento de Stonehenge (Camden, 1600, in PIGGOTT, 1978: 12) (Fig. 11). Na verdade, a tradição druídica de origem céltica permaneceu no imaginário francês e inglês, tanto popular quanto erudito, até meados do século XIX; mas, entretanto, as publicações de sepulturas com materiais pré-históricos que, pouco a pouco, vinham sendo dadas a lume constituíram contributos decisivos para a mudança de mentalidades, tarefa que em Inglaterra foi levada a cabo pelas classes privilegiadas, como seria de esperar, despertas para o conhecimento de uma realidade longínqua e até então desconhe-

cida. É o caso das cuidadosas escavações de *tumuli* do Yorkshire, com a recuperação de materiais pré-históricos associados a restos humanos (LONDESBOROUGH, 1852). Na verdade, foi preciso esperar ainda mais alguns anos para o aparecimento de uma extensa monografia que clarificou definitivamente o significado dos dólmenes como sepulturas e a sua antiguidade pré-histórica (BONSTETTEN, 1865), até então envolta em controvérsia. Desta foi Portugal o último reflexo, graças ao padre Joaquim da Rocha Espanca, que ainda no final do século XIX punha em causa aquelas duas realidades, já então mais do que evidentes, no que não estava desacompanhado, ao menos por uma parte do clero português (ESPANCA, 1894), fruto da rejeição da até há pouco insuspeitada antiguidade da espécie humana, comprovada pela Ciência. Provavelmente, tal interpretação tinha ficado ainda mais vinculada nos espíritos, tendo presente a existência de assinalável número de antas – cerca de uma vintena – transformadas em capelas, ou com capelas associadas, conforme estudo realizado por O. da Veiga Ferreira e colaboradores (FERREIRA, LEITÃO e NORTH, 1980), seguido por outro, mais completo (OLIVEIRA, SARANTOPOULOS e BALESTEROS, 1997). Algumas são de reconhecida importância, como a enorme anta-capela dedicada a S. Diniz, actualmente situada no centro da vila alto-alentejana de Pavia (Mora) (Fig. 12).

Neste quadro, importa sublinhar o pioneirismo da primeira publicação científica portuguesa dedicada aos dólmenes, da autoria de Francisco Pereira da COSTA (1868), na qual se descrevem os resultados das escavações realizadas na região de Castelo de Vide. Abria-se então uma nova etapa no estudo e conhecimento das antas, a qual prossegue nos dias de hoje, mas essa é já uma outra história, que merece um dia ser contada... 🐉



Foto: João Luís Cardoso.

FIG. 11 – Stonehenge. Xilgravura publicada por William Camden em 1600 (segundo PRIGGOTT, 1978: 12). Note-se a existência de um *tumulus*, em primeiro plano, em curso de escavação, de onde foram extraídos diversos ossos humanos.

## REFERÊNCIAS

- ALMAGRO-GORBEA, Martín (2015) – “*Sacra Saxa*. ‘Peñas Sacras’ propiciatorias y de adivinación de la Hispania céltica”. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 22: 329-410. (<https://tinyurl.com/yc2f48vs>).
- AZEVEDO, Pedro A. (1903) – “Extractos archeologicos das Memorias parochias de 1758. 467. Sines (Alemtejo); 472. Soutello (Entre-Douro-e-Minho)”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 1.ª série. 7: 268-271. (<https://tinyurl.com/4bhd88dn>).
- AZEVEDO, Pedro A. (2003) – *Livro dos Bens de D. João de Portel: cartulário do século XIII*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Portel. [edição original: 1906-1910].
- BOAVENTURA, Rui e CARDOSO, João Luís (2014) – “Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 21: 35-80. (<https://tinyurl.com/5cnfykkr>).
- BOAVENTURA, Rui *et al.* (2018) – “O ‘Dólmen Furado’ da Candieira (Redondo): novas investigações no século 21”. In MELRO, Samuel e CORREIA, Susana (coord.). *Atas VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Serpa-Aroche, 2014)*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 53-72.
- BONSTETTEN, Baron de (1865) – *Essai sur les dolmens*. Genève: Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.
- CARDOSO, João Luís (2017) – “O Mais Antigo Registo Conhecido da Escavação de uma Estação Pré-Histórica em Portugal. São Torpes e a sua



FIG. 12 – Anta de S. Diniz, no centro da povoação de Pavia (Mora), transformada em capela. Da esquerda para a direita: motorista Serrano, dos Serviços Geológicos de Portugal; O. da Veiga Ferreira; Konrad Spindler; e Georges Zbyszewski (arquivo OVf/JLC).

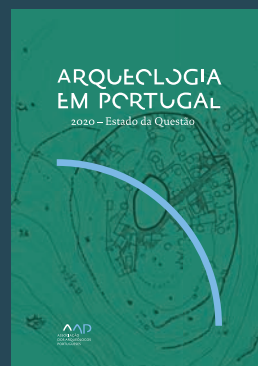
- sepultura da foz da ribeira da Junqueira (Sines). *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2.ª série. 21: 132-141.
- CARDOSO, João Luís (2022) – “Os Estudos Arqueológicos na Academia Real da História”. In MENDONÇA, Manuela e REIS, Maria de Fátima (coord.). *300 Anos da Fundação da Academia Real da História Portuguesa e do Alvará de Lei de 1721*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 187-235. (<http://hdl.handle.net/10400.2/12751>).
- CENÁCULO, Frei Manuel do (1949) – “Sisenando Mártir e Beja Sua Pátria”. *Arquivo de Beja*. Beja. 6 (3-4): 426-463.
- CHAVES, Luís (1917) – “Sobrevivências Neolíticas de Portugal. Vestígios líticos, em concordância ou paralelismo, e na toponímia”. *Arquivo da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 4: 55-81.
- CHAVES, Luís (1951) – “As Antas de Portugal”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 2. 1: 95-115. (<https://tinyurl.com/3bk673er>).
- COELHO, José (1912) – *A Préistória e o seu ensino. Mamalzar de Vale de Fachas*. Famacião: Typographia Minerva.
- COELHO, Maria Helena (2022) – *Forais de D. Dinis*. Lisboa: Imprensa Nacional. (<https://tinyurl.com/y8wxjhhu>).
- CORRÊA, António A. Mendes (1947) – “Histoire des recherches préhistoriques en Portugal”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 11 (1-2): 115-170. (<https://tinyurl.com/4vr4t3nf>).
- CORREIA, Vergílio (1913) – “As Antas”. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. 369: 350-352.
- COSTA, Francisco A. Pereira da (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciencias.
- DAMASIO, Fr. Manuel de S. Caetano (1793) – *Thebaida portuguesa: compendio histórico da congregação dos monges pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa*. Lisboa: Oficina de Simão Thadeu Ferreira.
- DEUS, Manuela de (2016a) – *Dom Frei Manuel do Cenáculo: itinerários por Santiago do Cacém*. Santiago do Cacém: União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.
- DEUS, Manuela de (2016b) – “Quando o Objecto Desafia a Curiosidade”: a actividade arqueológica de Cenáculo e seus colaboradores em Santiago do Cacém”. In DEUS, 2016a: 65-84.
- DEUS, Manuela de; MATIAS, José e VALE, Fernanda do (2016) – “D. Fr. Manuel do Cenáculo: percursos por Santiago do Cacém”. In DEUS, 2016a: 29-40.
- ESPANCA, Padre Joaquim da Rocha (1894) – *Estudos Sobre as Antas e Seus Congéneres*. Vila Viçosa: Typ. particular do autor e editor.
- FABião, Carlos (2016) – “Os Altares dos ‘Primeiros Povoadores da Lusitânia’: visões do megalitismo ocidental”. In SOUSA, Ana Catarina; CARVALHO, António e VIEGAS, Catarina (eds.). *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 45-67 (*Estudos & Memórias*, 9). (<http://hdl.handle.net/10451/30985>).
- Ferreira, O. da Veiga; LEITÃO, Manuel e NORTH, Christopher T. (1980 [1977-1979]) – “Breves Apontamentos Sobre as Antas-Capela em Portugal”. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa. 40-42: 119-126.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1964) – *Martinho de Mendonça e a Sua Obra Pedagógica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos.
- KALB, Philine (1980) – “O ‘Bronze Atlântico’ em Portugal”. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães. Vol. 1, pp. 113-120.
- LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura [reedição em 1985 – UNIARQ / INIC (*Estudos & Memórias*, 1) - (<http://hdl.handle.net/10451/32736>)].
- LONDESBOROUGH, Lorde (1852) – “An account of the opening of some tumuli in the East Riding of Yorkshire”. *Archaeologia*. Cambridge University Press. 34 (2): 251-258. (<https://doi.org/10.1017/s0261340900001090>).
- MARTIÑON-TORRES, Marcos (2001) – “Los megalitos de término. Crónica del valor territorial de los monumentos megalíticos a partir de las fuentes escritas”. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: Csic. 58 (1): 95-108. (<https://doi.org/10.3989/tp.2001.v58.i1.235>).
- MARTINS, Andrea et al. (2012) – “O Registo Arqueológico de uma Superstição: o signo-Salomão no Alentejo (séculos XV-XVIII)”. In TEIXEIRA, André e BETTENCOURT, José António (coord.). *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: CHAM. Vol. 1, pp. 579-582.
- MATALOTO, Rui (2019) – “Valdanta: o vale da anta que nunca foi...”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22: 31-42. (<https://tinyurl.com/9s9w5ufr>).
- MATALOTO, Rui (2020) – “Antas e Seus Congéneres: algumas reflexões em torno do megalitismo a partir da aba sul da serra d’Ossa”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 27: 141-180. (<https://tinyurl.com/2pa225p8>).
- MATALOTO, Rui e CARDOSO, João Luís (2024 [no prelo]) – “As Antas, Marcadores Simbólicos das Paisagens e dos Territórios

- Medievais”. In CARDOSO, João Luís; SALES, José Candeias e AVELAR, Ana Paula (ed.). *Volume de Homenagem à Professora Doutora Maria José Ferro Tavares*. Lisboa: Universidade Aberta.
- MATALOTO, Rui e PEREIRA, André (no prelo) – De Tempore Antico: *Carta Arqueológica de Reguengos de Monsaraz*. Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- MICHELL, John (1982) – *Megalithomania. Artists, antiquarians and archaeologists at the old stone monuments*. Londres: Thames & Hudson.
- MOREIRA, Isabel e CALADO, José (2010) – *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*. Redondo: Santa Casa da Misericórdia.
- MORTILLET, Gabriel de (1866) – *Le signe de la croix avant le Christianisme*. Paris: Reinwald.
- OLIVEIRA, Catarina (2001) – *Lugar e Memória. Testemunhos megalíticos e leituras do Passado*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, Jorge de; SARANTOPOULOS, Panagiotis e BALESTEROS, Carmen (1997) – *Antas-Capelas e Capelas Junto a Antas no Território Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- PIGGOTT, Stuart (1978) – *Antiquity depicted. Aspects of archaeological illustration*. Londres: Thames & Hudson.
- PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de (1733) – “Notícias da conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 30 de Julho de 1733”. In *Documentos e Memórias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Occidental: Na oficina de Joseph Antonio da Sylva. Parte Segunda (1733), pp. 1-23.
- RAU, Virgínia (1952) – “La toponymie et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques”. In *Compte-Rendu du XVI Congrès International de Géographie*. Lisboa: Centro Tip. Colonial, pp. 213-217.
- SANTO ANTÓNIO, Frei Henrique de (1745) – *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva.
- SANTOS, M. Farinha dos (1987) – “Os Estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História”. In *Cinquentenário da Academia Portuguesa da História. Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 313-332.
- SÉBILLOT, P. (1902) – “Le culte des pierres en France”. *Revue de l'École d'Anthropologie*. Paris. 12: 176.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1974) – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604-1609-1625)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- SERRÃO, Vítor (2015) – *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Óbidos: Fundação da Casa de Bragança.
- SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1981) – *Pré-História da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- VASCONCELOS, José Leite de (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 1.
- VASCONCELOS, José Leite de (1912) – “Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 1.ª Série. 17: 255-265. (<https://tinyurl.com/2hpakwsc>).
- VELHO, Estevão de Lis (1746) – *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes*. Lisboa: na oficina de Miguel Manescal da Costa. (<https://purl.pt/35581>).
- VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende de (2006) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra. Livros I e II. (<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0411-4>).
- VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende de (2011) – *Chancelaria de D. Afonso III*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Livros II e III. (<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0221-9>).
- VITERBO, Frei J. de Santa Rosa (1798, 1799) – *Elucidario das palavras, termos, e frases que em Portugal antigamente se usáráo... Tomo Primeiro (e Tomo Segundo)*. Lisboa: Na Typographia Regia Silviana.

[todas as ligações à Internet apresentadas estavam activas em 2024-10-06]

PUBLICIDADE

## PUBLICAÇÕES DOS CONGRESSOS DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES



Actas disponíveis em [www.museuarqueologicodocarmo.pt](http://www.museuarqueologicodocarmo.pt)

**AAP**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES